

Livro nº. 7

Folha 134

fl



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2016/07/23

Ata da Assembleia Municipal Extraordinária de 23 de julho

----- Aos vinte e três dias do mês de julho, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Salão de Reuniões da Junta de Freguesia de Rio Caldo, realizou-se a quarta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro do ano de dois mil e dezasseis, esta com carácter extraordinário e que versou o seguinte e único ponto da ordem de trabalhos:

1. Análise e votação de Proposta de autorização para contratação de empréstimo de longo prazo até ao montante de 500.000,00 € (quinhentos mil euros).

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme José Coelho Alves, tendo o senhor Vítor Fernandes assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Marinha Neves o lugar de segunda secretária.

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os vereadores Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e cinco, tendo-se verificado as faltas justificadas da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Covide, do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondoriz, do senhor Presidente da União de Freguesias de Chamoim e Vilar e da senhora deputada Sónia Coura. Faltaram igualmente à sessão os senhores deputados Agostinho Moura e João Luís Esteves, sendo ambos substituídos nos termos da Lei pelas senhoras deputadas Maria Severina Fernandes Loureiro e Maria Manuela Soares Esteves, respetivamente.-----

----- Comprovada a existência de "quórum", o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas a todos, agradecendo a presença nesta sessão extraordinária.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro e único ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que saudou todos os elementos da Assembleia Municipal, procedendo de seguida à apresentação da proposta alusiva à contratação

Livro nº. 7
Folha 135
ff

de empréstimo de longo prazo até ao montante de quinhentos mil euros. O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por lembrar que o executivo atual, desde que tomou posse em novembro de dois mil e nove, nunca pediu qualquer empréstimo de médio e longo prazo, tendo reduzido sucessivamente, ano após ano, o montante deste tipo de dívida. No momento presente, disse, justifica-se o recurso a um empréstimo de longo prazo até quinhentos mil euros devido à necessária e urgente requalificação da rede viária municipal, que tem sido muito afetada e danificada pelas intempéries, e ainda devido à necessária construção e requalificação de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e modernização do sistema de abastecimento de água, investimentos para os quais solicitou autorização à Assembleia Municipal por ultrapassarem dez por cento das despesas de investimento previstas para o ano em curso. Salientou ainda que o Município de Terras de Bouro se encontra numa situação financeira perfeitamente estável e equilibrada, sem nunca ter tido necessidade de recorrer a medidas de saneamento financeiro, com uma capacidade de endividamento até um milhão e quinhentos mil euros. -----

---- De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou as propostas das três instituições de crédito em análise, nomeadamente, cláusulas contratuais e respetivos *spread*, e informou que o Executivo Municipal tinha aprovado por unanimidade a contratação deste empréstimo de longo prazo e a proposta da Caixa Geral de Depósitos. -----

---- Aberto posteriormente o período de inscrição para comentar ou avaliar o ponto da ordem de trabalhos, inscreveram-se os senhores deputados José Alberto Martins da Coligação Juntos por Terras de Bouro e Manuel Sousa do MPT -----

---- A primeira intervenção pertenceu ao senhor deputado José Alberto Martins que começou por saudar os presentes e referir que este assunto da contratação de um empréstimo de longo prazo não é novo, uma vez que já tinha sido profundamente analisado na sessão da Assembleia Municipal do dia oito de abril de dois mil e dezasseis, tendo merecido por larga maioria a aprovação deste órgão autárquico. O que está em causa para o senhor deputado é a sua urgência, ao ponto de ser necessário marcar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Será que existem dificuldades financeiras? - perguntou, solicitando ao mesmo tempo ao senhor Presidente da Câmara Municipal informação mais detalhada sobre a aplicação deste empréstimo. -----

---- A segunda e derradeira intervenção pertenceu ao senhor deputado Manuel Sousa do Movimento Partido da Terra que depois de cumprimentar a mesa e os restantes

elementos da Assembleia Municipal, referiu que e cita-se, transcrevendo: "*Mantendo a coerência da minha posição, manifestada na sessão de Assembleia Municipal de oito de abril deste ano. Ainda que a contabilidade do município cumpra com as regras do endividamento do Regime de Financiamento das Autarquias Locais, considero que este pedido possa condicionar a gestão futura do município. Relembro que no Orçamento que aprovamos para 2016, está contemplado um valor de 470 mil Euros e por isso qual a necessidade de um empréstimo no mesmo montante? Não ponho em causa o investimento necessário, apenas a estranheza tendo em conta o aprovado para o Orçamento de 2016. Assim sendo, qual a credibilidade do orçamento e dos valores que aprovamos? Se este valor é para acrescer ao que foi orçamentado, será importante apurar no final do ano o valor de despesas/investimento aplicado em cada uma das rubricas para perceber a coerência do pedido que hoje está para votação. Na altura de aprovação da anterior proposta de empréstimo falei em receios de dificuldades de tesouraria, tendo em conta que se 470 mil Euros previstos para investimento em diversas áreas vão carecer de empréstimo, o valor destinado no orçamento vai ser alocado a outras rubricas.* -----

Reparem que, num orçamento que prevê despesas de 8 milhões e 800 mil Euros com mais um empréstimo de 500 mil, embora com amortização a 20 anos, agrava o balanço entre receitas e despesas. Poderemos estar numa situação em que a receita média cobrada de 7 milhões e 700 mil Euros, seja insuficiente para que o município viva num alívio financeiro. Será importante referir que, apesar da amortização de dívida que vem sendo efetuada estar a ser cumprida, o Senhor Presidente sempre se queixou da pesada herança que os antecessores lhe deixaram. Com este empréstimo, o esforço de amortização fica comprometido porque contribui para o aumento da dívida total de 3 milhões e 700 mil Euros sem operações extraorçamentais."-----

----- Fim da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu então a palavra para responder e comentar as intervenções dos senhores deputados. Começou por referir que não há no Município dificuldades de tesouraria, estando a Câmara Municipal neste momento a cumprir integralmente todas as normas dos pagamentos a fornecedores que se situam próximo dos sessenta dias após a receção das faturas. A marcação desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal tem como única justificação a eficácia necessária e o tempo útil para a contratação do empréstimo de longo prazo, devido à urgência de algumas intervenções na rede viária que devem ser

Livro nº. 7
Folha 136
ll

concretizadas ainda este ano. Se este assunto fosse adiado para a sessão da Assembleia Municipal de setembro, a necessária revisão orçamental só poderia ser concretizada na sessão de novembro, já em período de mau tempo e de inverno, o que inviabilizaria qualquer intervenção na rede viária. Sublinhou que o empréstimo não pode ser usado para despesas correntes, mas sim para despesas de investimento, isto é, para obras, concretamente cerca de trezentos e noventa mil euros para a preservação da rede viária municipal e de cento e dez mil euros para redes de água e saneamento. -----

----- Relativamente a alguns aspetos da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o orçamento municipal não é estático e pode sofrer alterações ao longo do ano. Lembrou que o Executivo Municipal anterior tinha contratado empréstimos de médio e longo prazo no montante de três milhões e oitocentos mil euros e que o Executivo Municipal atual é a primeira vez que recorre a um empréstimo de longo prazo. Por isso, não concorda que o Executivo Municipal atual esteja a endividar a autarquia, quando nos últimos sete anos reduziu o endividamento de longo prazo em mais de dois milhões e meio de euros. -----

----- Logo depois e após a leitura do documento, colocou-se à votação o ponto único da Ordem de Trabalhos, **Proposta de autorização para contratação de empréstimo de longo prazo até ao valor de 500.000,00 € (quinhentos mil euros)**, tendo esta sido aprovada por maioria, com apenas o voto contra do senhor deputado Manuel Sousa, do Movimento do Partido da Terra.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, eram dezanove horas e trinta minutos horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

[Assinatura]